

A CORROSÃO DOS CURSOS DE LICENCIATURA NO BRASIL: O TENSIONAMENTO ENTRE ESTADO E POLÍTICAS NEOLIBERAIS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

THE CORROSION OF BACHELOR'S COURSES IN BRAZIL: THE TENSION BETWEEN THE STATE AND NEOLIBERAL POLICIES IN TEACHER TRAINING

LA CORROSIÓN DE LAS CARRERA EN BRASIL: LA TENSION ENTRE POLÍTICAS ESTATALES Y NEOLIBERALES EN LA FORMACIÓN DOCENTE

Altair Alberto Fávero¹
Daniê Regina Mikolaiczik²

RESUMO

Os dados do Censo da Educação Superior de 2022 (Brasil, 2023) mostram que, do total de 1.669.911 matrículas nos cursos superiores de licenciatura, 1.071.858 estão concentradas na modalidade a distância. A priorização dos fins lucrativos, em detrimento de valores acadêmicos, são fatores que colocam as licenciaturas sob a égide da lógica empresarial. Partindo da questão norteadora “qual é o impacto do avanço da lógica neoliberal, atrelada a um Estado omissivo, na concepção e na organização dos cursos de licenciatura?”, o presente artigo objetiva analisar como a lógica do mercado se infiltra nos processos formativos de docentes, de modo a corroer a ideia de formação crítica e emancipadora. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados mostram como o avanço do neoliberalismo se faz por diversas vias, seja na organização das instituições de educação superior, seja nas políticas educacionais, seja na reorganização das escolas que passa a exigir professores passíveis de quantificação, seja na substituição dos conteúdos por competências.

PALAVRAS-CHAVE: cursos superiores de licenciatura; neoliberalismo; educação a distância; desmonte da formação docente.

ABSTRACT

Data from the 2022 Higher Education Census (Brazil, 2023) show that, of the total of 1.669.911 enrollments in higher degree courses, 1.071.858 are concentrated in the distance modality. The priority of lucrative purposes, to the detriment of academic values, are factors that place degrees under the aegis of business logic. Starting from the axis of questioning “What is the impact of the advance of neoliberal logic, trapped by an opaque State, on the conception and organization of undergraduate courses?” The present study aims to analyze how the logic of the market infiltrates the training processes of teachers, deteriorating the idea of critical and emancipatory training. Methodologically, it is a bibliographic and documentary research. The results indicate how the advance of neoliberalism is built through various means, whether in the organization of schools that employ teachers capable of quantification or in the substitution of content for competencies.

KEYWORDS: higher degree courses; neoliberalism; long distance education; disruption of teacher training.

RESUMEN

Los datos del Censo de la Educación Superior del 2022 (Brasil, 2023), enseñan que, del total de 1.669.911 matrículas en los cursos superiores de licenciatura, 1.071.858 detrimento de los valores académicos, son factores que colocan las licenciaturas bajo la égide de la lógica empresarial. Partiéndose del eje de cuestionamiento “¿Cuál es el impacto del avance de la lógica neoliberal, atrapada a un Estado omiso, en la concepción y en la organización de los cursos de licenciatura?”, el presente estudio tiene por objetivo analizar cómo la lógica del mercado se infiltra en los procesos formativos de los docentes, deteriorando la idea de formación crítica e emancipadora. Metodológicamente, se trata de una investigación bibliográfica y documental. Los resultados señalan como el avance del neoliberalismo se construye por diversas vías, sea en la organización de las escuelas que detienen profesores pasibles de cuantificación o sea en la sustitución de los contenidos por competencias.

PALABRAS CLAVE: cursos superiores de licenciatura; neoliberalismo; educación a distancia; desbarate de la formación docente.

¹ Universidade de Passo Fundo (UPF), Brasil. Orcid: [0000-0002-9187-7283](https://orcid.org/0000-0002-9187-7283)

² Universidade de Passo Fundo (UPF), Brasil. Orcid: [0000-0002-1957-2899](https://orcid.org/0000-0002-1957-2899)

INTRODUÇÃO

A educação como experiência formativa, na perspectiva de Dewey (1979), requer professores que reconheçam seu papel na organização das condições necessárias para o crescimento de cada indivíduo. Essa é uma tarefa complexa e desafiadora, certamente, exequível por meio de formação sólida, cenário esse, que parece cada vez mais distante da carreira docente no Brasil.

O Censo da Educação Superior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no ano de 2018, revelou um fato histórico preocupante para a formação de professores no Brasil: o número de matrículas em cursos superiores presenciais de licenciatura, em queda nesta modalidade desde 2014, pela primeira vez, na realização do censo, foi superado pelo número de matrículas na modalidade a distância. Segundo o censo, “[...] pela primeira vez na série histórica, o número de alunos matriculados em licenciatura nos cursos a distância (50,2%) superou o número de alunos matriculados nos cursos presenciais (49,8%)” (Brasil, 2019, p. 25).

A dicotomia entre o presencial e a distância não é o único fator responsável pela queda na qualidade na formação de professores, mas é fundamental estar atento a certas mudanças desse cenário, tais como a diminuição das cargas horárias dos estágios curriculares, a fragilidade da tríade ensino-pesquisa-extensão, o aligeiramento da formação e a priorização dos fins lucrativos das instituições em detrimento de valores acadêmicos de formação. Tais mudanças, além de representar o avanço da racionalidade neoliberal, estendem-se às novas políticas para os cursos superiores de licenciatura.

A Base Nacional Comum de Formação (BNC-Formação) aprovada em 2019, “[...] visa à reformulação dos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura (PCC’s) para que estejam alinhados com a reprodução dos conteúdos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da Educação Básica” e introduz mudanças que privilegiam o saber fazer, o pragmatismo, o que acaba por deixar de lado a formação humanizadora (Pinheiro; Sartori, 2022, p. 91).

Levando esses fatores em consideração, surge a questão norteadora deste artigo: qual é o impacto do avanço da lógica neoliberal, atrelada a um Estado omissivo, na concepção e na organização dos cursos de licenciatura? O artigo objetiva analisar como a lógica do mercado se infiltra nos processos formativos de docentes, de modo a corroer a ideia de formação crítica e emancipadora. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa teórico/bibliográfica e documental, por trazer autores que pesquisam a temática, bem como esmiuçar dados do

Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e da BNC-Formação (Brasil, 2019b). Trata-se de um estudo de natureza básica, exploratório quanto aos objetivos, qualitativo quanto à abordagem do problema e bibliográfico e documental quanto aos procedimentos. Está ancorado no método analítico-hermenêutico e seu referencial teórico são os escritos de Ball (2014); Dardot e Laval (2016); Laval (2004); Peroni (2018); Pinheiro e Sartori (2022); Fávero, Viero e Estormovski (2022), dentre outros. O texto, além da introdução, apresenta três seções: a primeira está dedicada a apresentar o avanço da racionalidade neoliberal, aliado à omissão do Estado, sobre os processos educativos; a seguinte seção está dedicada a apresentar dados sobre os cursos superiores de licenciatura no Brasil e sobre a BNC-Formação, a fim de mostrar as transformações na formação docente; por fim, nas considerações finais, apresenta-se um balanço das principais reflexões decorrentes da problemática investigada. Os cabeçalhos das seções/subdivisões devem ser breves, claros e não numerados. O texto do artigo deve ser estruturado preferencialmente contemplando os seguintes itens: introdução, método, resultados e considerações finais. Acrônimos e abreviações devem estar entre parênteses e serem precedidos de seu significado completo quando do primeiro uso no texto.

NEOLIBERALISMO: CORROSÃO DA EDUCAÇÃO E DO PAPEL DO ESTADO

É perceptível a forma pela qual o neoliberalismo se engendra de maneira rápida nos processos educativos. Há quase duas décadas, Laval (2004) alertou sobre os novos contornos da educação fortemente marcada pela influência do mercado, na qual a formação deixa de ser humanista para se basear em competências flexíveis e melhor adaptáveis ao mundo do trabalho. Competitividade e flexibilidade se tornam os novos pilares da educação, ao mesmo tempo que ocorre o enfraquecimento do Estado e, em nome da abertura de processos democráticos, ganha-se admiradores, até dos setores mais críticos (Laval, 2004). A capacidade de aprender para toda a vida tomou espaço como concepção de educação, o que encolheu o papel da escola. Nessa perspectiva, essa, por sua vez, parece ultrapassada e conservadora, carente de mudanças urgentes que só serão profícuas se acompanharem o desenvolvimento da empresa (Laval, 2004).

Os estudantes passaram a ser responsáveis pela definição do próprio percurso formativo e considerados culpados pelos próprios fracassos. Na valorização da independência e do individualismo exacerbado, os professores perderam significado, de modo que não importa, portanto, a formação que receberão. “Quanto aos professores”, alertava Laval (2004,

p. 53) “se tornarão ‘guias, tutores e mediadores’ que deverão acompanhar os indivíduos isolados no seu processo de formação”. Os docentes deixam de ser os professores-mestres para se tornarem, cada vez mais, os colaboradores do meio educacional. Ocorre, com isso, um acelerado processo de destituição da posição profissional de mestre/educador engajado na formação humana para se tornar um “empreendedor que submete sua autonomia e intelectualidade às demandas da escola que adota a dinâmica empresarial” (Fávero; Viero; Estormovski, 2022, p. 1).

O ideal da modernização passa a exigir o máximo de eficácia, a qual passa a ser perseguida por meio da padronização dos métodos de ensino e da formação de professores. Em nome da eficácia, implantam-se avaliações em larga escala, pois, o saber precisa ser mensurável para aferir qualidade. O Estado encolhe sua atuação, pois assume a responsabilidade de avaliador, então, reduz-se, cada vez mais, seu papel de provedor e autônomo na definição de políticas. Os professores, em tese, são livres para definir métodos de ensino, mas precisam adequar tais métodos para atingir competências pré-definidas, cada vez mais precarizados e engolidos pela burocratização da pedagogia da eficácia (Laval, 2004).

A síntese feita pelo pesquisador francês Christian Laval (2004), no livro *A escola não é uma empresa*, denuncia os efeitos do avanço do capitalismo sobre nossa sociedade, especialmente sobre a escola. O autor nos oferece subsídios para um entendimento mais amplo da precarização dos processos educativos, os quais atingem também a formação em nível superior. A quem interessa uma formação aligeirada e padronizada dos docentes da educação básica?

Acompanhamos uma democratização do acesso à educação superior que, quando analisada mais a fundo, mostra-se problemática, visto que as instituições de educação superior são díspares. A “boa escolha” não é garantida a todos.

A escolha não é uma escolha livre, como querem fazer crer os partidários do mercado escolar. É a criação de um mercado e de uma oferta desigual que forçam a escolher, que encorajam mesmo os mais reticentes, a comportamentos estratégicos. E nesse mercado, os recursos que orientam e permitem a “boa escolha” são evidentemente muito desiguais (Laval, 2004, p. 156).

A escola é moldada aos moldes do mercado, tornando-se cada vez mais uma reprodução da empresa, que precisa formatar seus sujeitos. “Se todo ato pedagógico deve ser orientado pelo fim da inserção na empresa, é necessário, logicamente, começar pelos professores, formando-os no espírito da empresa, em graus diversos segundo sua implicação

no fato empresa” (Laval, 2004, p. 80). A formação a distância é, de fato, mais barata e formatada para atender um grande grupo de acadêmicos. Se considerarmos a realidade educacional brasileira, ainda distante da formação de todos os seus professores em nível superior, encontramos um terreno fértil para a consolidação de instituições de educação superior com fins mercantis, afinal, por visarem especialmente à flexibilização, os novos formatos dos cursos superiores de licenciatura multiplicam-se. Ou seja, uma formação aligeirada, deficiente, pragmática e barata se torna o *modus operandi* da estratégia neoliberal, que fragiliza e hostiliza todos e qualquer aporte teórico crítico, a fim de constituir cada vez mais uma engrenagem perversa de fragilização da profissão docente.

Ainda sobre a precarização da formação em nível superior, Bourdieu e Boltanski (2015) alertavam que os mestres da economia sonham com um sistema de ensino que se confunde com a empresa, afinal, nesse contexto, a economia passa a definir os valores dos diplomas, o que dá menos liberdade e desvaloriza aqueles que os possuem.

[...] as frações dirigentes da classe dominante que consideram o controle do valor do diploma e dos mecanismos de acesso ao mesmo um dos instrumentos apropriados para controlar o valor da força qualificada de trabalho, fixá-la, contê-la ou, em outros casos, desvalorizá-la, excluindo-a ou desqualificando-a (Bourdieu; Boltanski, 2015, p. 156).

Uma vez que as instituições de ensino são *locus* de formação para o exercício de uma cidadania crítica, o desmonte da educação por meio da oferta de cursos de qualidade inferior se torna um meio de controle social exercido pelo neoliberalismo. À classe dominante, minoria no Brasil, importa a formação de seres críticos? Componentes curriculares que objetivam conhecer e compreender as estruturas sociais e as lógicas de dominação, provenientes de disciplinas de sociologia ou filosofia, são sistematicamente rotuladas como disciplinas inúteis e sem aplicabilidade prática, pois, o importante é preparar os alunos para o mercado de trabalho. Nesse sentido, desconsidera-se as problemáticas estruturais de uma sociedade que produz cada vez mais desigualdade e acumulação de riqueza nas mãos de poucos e em que o desemprego é decorrente de um problema estrutural.

No entendimento de Apple (2005), a lógica neoliberal valoriza somente o que é mensurável. Ocorre o que o autor reconhece como **erosão dos valores coletivos**, no qual cada um se torna o único responsável pela sua trajetória educacional, de modo a enfraquecer o papel do Estado. Sendo assim, a auditoria na educação cresce por meio das avaliações em larga escala, a fim de favorecer uma ideologia rigorosa e implacável de responsabilidade final individual.

Percebe-se, tanto em Laval (2004) como em Bourdieu (2015), que as escolhas no mercado escolar não são livres, como argumentam os defensores da meritocracia, pelo contrário, são baseadas em oportunidades muito desiguais de acesso ao sistema escolar. No seu polêmico e provocativo ensaio **A cilada da meritocracia**, o professor de direito privado Daniel Markovits (2021) denuncia o mito fundamental da sociedade neoliberal que alimenta a desigualdade, destrói a classe média e consome a elite. A origem de sua denúncia, transformada posteriormente em livro, deu-se quando, ao ser convidado a discursar para os formandos de 2015 da Escola de Direito da Universidade de Yale, “em vez do tradicional discurso laudatório”, Darkovits optou por “partilhar com seus pupilos uma reflexão sobre as causas, engrenagens e consequências da meritocracia” (Vieira, 2021, p. 7). As reflexões de Darkovits (2021) são oportunas, pois, além de “dissecar o regime meritocrático norte-americano, com especial atenção às distorções que provoca no sistema educacional e no mundo do trabalho, aumentando a desigualdade” (Vieira, 2021, p. 11), ajudam-nos a entender a falaciosa retórica da **Tirania do Mérito** (Sandel, 2021) ou das medições que reforçam as desigualdades (Fávero; Oliveira, Faria, 2022), ou ainda, passam a nos “fornecer combustível intelectual para a desconstrução da armadilha meritocrática” e para possibilitar “a construção de um regime de ‘igualdade democrática’, centrado no valor inerente a cada ser humano, e não numa falsa meritocracia” (Vieira, 2021, p. 11, grifos do autor).

Darkovits (2021, p. 17–18) inicia a introdução do seu ensaio dizendo que “mérito é uma farsa”, pois, “a meritocracia promete promover a igualdade e a oportunidade”, bem como promete “compatibilizar as vantagens privadas com o interesse público, ao afirmar que riqueza e status devem ser obtidos por conquista”, além de pretender “unir a sociedade em torno de uma visão comum de trabalho árduo, competência e merecida recompensa”, mas, na prática, “a meritocracia já não funciona como promete”. Um olhar atento mostra que “as crianças de classe média perdem para as crianças ricas na escolas”, os adultos da classe média “perdem para a elite de formação superior no trabalho” e, assim, “bloqueia as oportunidades para a classe média”, que se sente culpada por perder “a competição por renda e status”. A própria elite se torna vítima da meritocracia, pois exige altos investimentos de tempo e dinheiro na educação dos filhos e “os empregos meritocráticos exigem que os adultos da elite trabalhem com uma intensidade esmagadora”, o que leva a uma “concorrência vitalícia implacável para garantir renda e status por meio de sua exagerada dedicação ao trabalho”.

A análise crítica de Markovits (2021, p. 18–22) é cirúrgica quando diz que “a meritocracia atual concentra privilégios e sustenta desigualdades tóxicas”, quando ela se tornou “um mecanismo para a concentração e transmissão dinástica de riqueza e privilégios

de geração para geração”. Por isso, é que “o próprio mérito tornou-se um simulacro de virtude, um falso ídolo” que precisa ser exposto, percebido e combatido. O mérito é um falso ídolo, porque faz crer que a meritocracia carrega em si o “senso de justiça e bondade”, que os privilégios foram conquistados com esforço e trabalho. Contudo, ao mesmo tempo, o mérito esconde as condicionalidades dessas conquistas e as desigualdades produzidas pelo jogo meritocrático. Enquanto “o brilho da meritocracia seduz a imaginação e captura o olhar”, identificando-se como moral básica para a experiência cotidiana do jogo democrático, “dissimula os danos” e progride ao impor “uma nova e opressiva hierarquia” das e nas elites. Elas, por sua vez, “monopolizam não só a renda, a riqueza e o poder, mas também as atividades, as honras públicas e o apreço”.

A meritocracia é cruel e desumana com os pobres, com os destituídos de condições materiais, com os que recebem uma educação precária, com os que não possuem, nos termos de Bourdieu (2001), capital econômico, cultural, social e simbólico. Mas, para Markovits (2021, p. 22–25), a meritocracia oprime também a classe média, pois “expulsa a maioria dos cidadãos para as margens da sociedade, condenando as crianças de classe média a escolas menos brilhantes e os adultos de classe média a empregos medíocres”. É um equívoco, frequentemente assimilado pelo senso comum, confundir “meritocracia com igualdade de oportunidades”. Embora tenha sido adotada retoricamente como algo que está à serviço da igualdade de oportunidades, para proporcionar virtualmente uma suposta mobilidade de classe, “atualmente ela mais estaciona do que favorece a mobilidade social”. De forma astuta, “a meritocracia modifica empregos de modo a favorecer os graduados super instruídos das universidades de elite”, “faz do desempenho escolar e laboral a imagem da honra”, ao mesmo tempo que “frustra as tentativas de satisfazer os padrões que ela própria proclama, garantindo que a maior parte das pessoas não os atinja”.

Considerando o avanço das instituições com fins lucrativos e valores acadêmicos comprometidos sobre os cursos superiores de licenciatura, restará, aos futuros professores, oportunidades de acesso à educação superior de excelência? Em que aspectos o próprio Estado não se torna conivente com as práticas neoliberais que corroem a educação pública e a formação de professores? A omissão do Estado, ele mesmo adotando os princípios e estratégias educacionais não estaria corroendo a educação como bem público e direito de todos?

QUAL É O PAPEL DO ESTADO NO AVANÇO DA LÓGICA NEOLIBERAL?

Na seção anterior, foi abordado o significado do neoliberalismo no cenário atual. Esta seção abordará o papel do Estado no avanço das práticas neoliberais que corroem, implícita e explicitamente, a ideia da educação como bem público. Estaria o Estado sendo omissivo diante do avanço de cursos superiores de valores acadêmicos comprometidos? Como o mercado escolar se alimenta da dicotomia público x privado? Para entender tais temas, é primordial aprofundar a percepção sobre a função do Estado na regulação dos bens públicos, em especial, a educação.

Durkheim (2014), em sua obra **Educação e Sociologia**, atenta para a educação, moral laica e racionalista como a preparação dos sujeitos para sua própria existência, enquanto processo de humanização, de função eminentemente social. Logo, cabe ao Estado regular quem pode ser educador. Para o autor, não podemos admitir que a função de professor possa ser desempenhada por profissionais que não apresentem garantias específicas, as quais somente o Estado poderá julgar. Nessa perspectiva, o autor ainda defende que o Estado deve ter como princípio o ensino de valores como o respeito, a razão, a ciência e as ideias que sustentam a moral democrática.

No cenário contemporâneo, Ball (2014) traz problematizações cruciais para compreender as linhas difusas entre o público e o privado, as quais se misturam, cada vez mais, em cruzamentos complexos, opacos, obscuros, entrelaçados e híbridos. Ball (2014) explica que o imaginário neoliberal reformula os objetos e os sujeitos da educação e das políticas sociais, de modo a atuar para que o social vire econômico. Nessa mesma direção, em estudo recente, (Akkari; Fávero; Consaltér, 2022, p. 1), ao analisarem a complexa relação entre o público e o privado, trabalham com a “hipótese da indefinição de fronteiras”, mostrando “que é impossível se identificar com clareza as fronteiras entre os dois setores, ratificando a necessidade de um novo olhar teórico e metodológico sobre a privatização da educação”.

A privatização da educação, para Ball (2014), dá-se de duas maneiras: a) endógena: na qual a lógica do mercado prevalece dentro do estado para que ele seja produtivo; b) exógena: na qual ocorre a abertura explícita do serviço público para a participação do setor privado. Partindo das ideias de Ball (2014), podemos pensar sobre o cenário brasileiro, em que o aumento expressivo das matrículas em cursos de instituições com fins lucrativos fez avançar a privatização da formação de professores em nível superior. Sabe-se que tais instituições funcionam pela lógica do mercado, logo, buscam uma formação aligeirada e de menor custo,

o que compromete, invariavelmente, os valores acadêmicos do ensino, da pesquisa e da extensão.

Peroni (2018) argumenta que são múltiplas as formas de materialização do privado na educação básica pública. A autora destaca que, mesmo que o Estado seja o maior responsável pela oferta de vagas, o mercado se apropria dos processos pedagógicos e de gestão, prometendo **mais qualidade**. Para Peroni (2018), com destaque em países nos quais os direitos sociais não estão consolidados, o Estado deve ser o principal responsável pelo direito à educação, ou seja, ele não pode ceder ou diluir suas responsabilidades. São os direitos efetivados que tornam real a democracia.

Em Peroni (2018), as parcerias público-privadas agilizam a privatização da educação, pois implementam a ideia de educação com caráter instrumental e padronizado, que pode ser mensurada em avaliações de larga escala que têm como foco os resultados e as metas e não mais o processo educativo humanizador e crítico.

Durkheim, Ball e Peroni oferecem subsídios para que possamos examinar o papel do Estado, muitas vezes omissos, no avanço da lógica neoliberal. Argumentamos, neste artigo, que é necessário o fortalecimento das políticas públicas de formação de professores, políticas que não entreguem, às vontades do mercado, a formação do magistério. O Estado não pode permanecer silencioso diante da precarização das licenciaturas, visto que, invariavelmente, o colapso desses cursos trará danos irreversíveis à educação básica, a qual é direito de todos os brasileiros.

O CENÁRIO BRASILEIRO: FORMAÇÃO DE PROFESSORES SOB ATAQUE DA LÓGICA NEOLIBERAL

A formação é parte crucial da constituição da identidade do professor, composta pela busca de conhecimentos teóricos e pelas experiências ao longo da carreira (Bourscheid; Timm, 2023), logo, ao tratarmos dos cursos superiores de licenciatura, para além de um diploma da educação superior, estamos abordando a constituição da identidade profissional dos futuros professores de nosso país.

Os brasileiros acompanharam, especialmente nas duas últimas décadas, um crescimento considerável do número de matrículas na educação superior, um salto de 3.520.627 para 9.443.597 entre 2002 e 2022. As matrículas nas licenciaturas também sofreram aumento, embora em menor escala, pois foram de 1.366.559 para 1.669.911 entre 2012 e 2022 (Brasil, 2023). Tal crescimento poderia indicar um fortalecimento das políticas

de democratização do acesso à educação superior, o que aconteceu, em partes, em virtude de políticas como Programa Universidade para Todos (ProUni), Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Porém, esse crescimento se deve também à expansão das instituições privadas, especialmente as que ofertam cursos na modalidade a distância. Em 2022, os cursos superiores de licenciatura registraram 527.997 matrículas na modalidade presencial e 1.071.858 matrículas na modalidade EAD, o que evidenciou uma profunda transformação na formação de professores (Brasil, 2023).

Sobre os cursos EAD, Laval (2004, p. 36) assinala que “[...] esses ‘produtos’ pedagógicos comercializados escapam ao domínio dos produtores e podem circular sob o único controle da administração como mercadorias rotuladas pela instituição universitária”. Além do aumento do número de matrículas na modalidade EAD, acompanhamos o fechamento de cursos de licenciatura na modalidade presencial, justificado principalmente pela queda de matrículas. Fato, esse, que gera o fechamento de instituições, a demissão de professores e o desmonte de departamentos com tradição de ensino, pesquisa e extensão na educação.

O que temos vivenciado é a degradação do diploma, a perda de perspectivas a longo prazo e a flexibilização da formação para que ela se mantenha competitiva, de maneira que, assim, ela perde seu caráter social, cultural e político. Coloca-se a ciência a serviço do capital, a escola a reboque do mercado (Laval, 2004).

Fritsch, Jacobus e Vitelli (2020) caracterizam essa diversificação intensa da formação em nível superior no Brasil como um fenômeno marcado pela fragmentação, flexibilização e heterogeneidade, que oportuniza o acesso ao nível superior, mas não necessariamente a conclusão.

Caetano et al. (2016) avaliaram cursos, em uma mesma instituição, que oferecem as duas modalidades de ensino, presencial e a distância. Ao comparar as notas obtidas no ENADE, concluiu-se que os alunos dos cursos à distância possuem notas inferiores em relação aos alunos do curso presencial. A expansão de vagas no EAD é quantitativa, mas será que é também qualitativa?

O Brasil registrou, em 2022, 2,3 milhões de professores que trabalhavam na educação básica. Desses 2,3 milhões, 79,5% possuem formação em nível superior (Brasil, 2023). A meta nº 15, do Plano Nacional de Educação (PNE), objetiva a formação em nível superior de todos os professores da educação básica. Essa meta deveria ser cumprida até 2024. Contudo, a meta, ainda longe de ser atingida, mostra a necessidade de fortalecimento dos cursos

superiores de licenciatura. Mas como se dará a formação desses professores?

Os dados do ENADE (Brasil, 2017) mostram que 66% dos egressos dos cursos superiores de licenciatura são predominantemente de famílias que recebem até três salários-mínimos. Os egressos das licenciaturas são também majoritariamente egressos da escola pública (84%) e filhos de mães com pouca ou nenhuma escolaridade (46%). Será que a “boa escolha” de uma instituição de qualidade, mencionada por Laval (2004), está ao alcance das classes populares, das quais vêm, majoritariamente, os futuros professores brasileiros?

Além da considerável transformação na oferta dos cursos superiores de licenciatura, é preciso um olhar atento sobre a nova Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), instituída em 2019 (Brasil, 2019b). O novo documento surge para alinhar a formação de professores à Base Nacional Comum Curricular, organizada na perspectiva das competências e habilidades.

A BNC-Formação reflete sua influência empresarial, pois se insere na perspectiva do ranqueamento e, especialmente, do neotecnicismo. Pinheiro e Sartori (2022) apresentam contundentes críticas ao documento, das quais destaca-se: a) a ausência de fundamentos filosóficos e pedagógicos; b) a redução do contato entre os acadêmicos de licenciatura e as escolas; c) a falta de articulação com o Plano Nacional de Educação; d) a ideia simplista de que meras alterações no currículo podem garantir a redução das desigualdades sociais; e) a culpabilização/responsabilização do professor pela sua formação sem que se enfrente as condições precárias de trabalho e a desvalorização profissional. Os autores ainda destacam que não são os conteúdos os responsáveis pela formação dos sujeitos, mas, sim, a forma como eles reverberam dentro de cada um para a construção do conhecimento pessoal e profissional.

Laval (2004) considera que o currículo organizado por competências, como é o caso da BNCC e da BNC-Formação, entrega, ao mercado, o poder de regular o valor profissional dos indivíduos, pois ele prioriza qualidades úteis e empregáveis, de modo a promover a desintelectualização e a desformalização do processo de aprendizagem. A competência seria o que torna o trabalhador útil dentro de uma organização.

Na medida em que não se pode dispensar totalmente o sistema educativo, a tendência consiste em introduzir na escola a “competência lógica” e combinar assim a marca do sistema educativo e a determinação mais rígida da formação da mão-de-obra pelas empresas que delas se utilizam (Laval, 2004, p. 58).

Uma formação regulada pelo mercado fica à mercê da economia e, assim, pode ser considerada dispensável a qualquer momento. A precarização dos cursos superiores de

licenciatura, evidenciada nos dados do Censo e nas políticas norteadoras divulgadas recentemente, faz total sentido em um cenário no qual os professores não são mais requisitados a formar para a emancipação. Considerando uma lista de competências e habilidades, é necessária uma formação ampla e complexa para os futuros profissionais da educação? Vale lembrar que a lógica do ranqueamento culpabiliza as próprias escolas pelos resultados, isentando parte da responsabilidade do Estado de promover a formação inicial dos docentes em cursos de licenciatura de qualidade e tradição acadêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre a formação inicial de professores, à primeira vista, pode parecer um tema de pesquisa esgotado, no entanto, precisamos considerar a profunda transformação dos cursos superiores de licenciatura no Brasil, especialmente nas duas últimas décadas. Um panorama de diminuição das cargas horárias dos estágios curriculares, de fragilidade da tríade ensino-pesquisa-extensão, de aligeiramento da formação, de fechamento de cursos com tradição na área, de demissão de professores com vasto conhecimento e de priorização dos fins lucrativos em detrimento de valores acadêmicos são fatores que colocam as licenciaturas sob a égide da lógica empresarial.

Este artigo teve como objetivo analisar, ao ter, como referências principais, Ball (2014), Laval (2004), Peroni (2018) e Pinheiro e Sartori (2022), como a lógica do mercado se infiltra nos processos formativos de docentes, de modo a corroer a ideia de formação crítica e emancipadora. Essa infiltração da lógica do mercado tem pavimentado as reformas educacionais em curso com a forte presença dos setores empresariais na definição, condução e implementação das políticas educacionais.

A pesquisa bibliográfica, baseada em Laval (2004), mostrou o grande risco da infiltração da lógica neoliberal nos processos educativos, na qual a escola passa a desempenhar o papel de produtora de capital humano para as empresas. “Uma que escola que vai a reboque do mercado” (Laval, p. 16, 2004), baseada na competitividade e na flexibilidade, o que gera, assim, a degradação do diploma. O mundo universitário parece se dissolver, ameaçando a vida intelectual e o pensamento.

Ainda em Laval (2004), foi perceptível a invasão lexical do neoliberalismo sobre a educação, que faz com que termos como competências dominem as políticas educacionais. Os professores se tornam meros tutores, mediadores, pois, cada indivíduo faz-se responsável pela própria trajetória. É uma lógica meritocrática desumana, na qual as desigualdades sociais

reverberam em desigualdades educacionais.

Bourdieu (2015) apresenta o **sonho de uma escola confundida com empresa**, cuja organização seja feita para suprir demandas do mercado, na qual o valor dos diplomas seja regulado e contido, em favor do lucro. Ainda na obra de Bourdieu (2015), é possível identificar que as escolhas não são livres no mercado escolar, portanto, a formação precarizada e carente de valores acadêmicos é orientada para pessoas de baixa renda, o que aprofunda o fosso educacional.

Constatou-se que o Estado é, frequentemente, omissivo, pois permite que a privatização se dê não somente na oferta de vagas, mas também na dimensão pedagógica e de gestão. É na diluição das fronteiras entre público e privado que o Estado tem se isentado, aos poucos, de suas responsabilidades, na garantia dos direitos que materializam a democracia. No caso do Brasil, é interessante perceber-se que o mercado educacional se expandiu em diferentes governos, com matrizes ideológicas distintas, basta visualizar os dados do Censo, apresentados na terceira seção. Concomitante à democratização do acesso à educação superior, ocorrida nas duas últimas décadas, percebe-se que esse acesso, muitas vezes, deu-se por vias duvidosas e precárias.

Na etapa da análise dos documentos, o estudo do Censo da Educação Superior descortina o crescimento rápido das matrículas na modalidade EAD. Isso mostra que houve uma irreversível transformação na formação inicial de professores no Brasil.

Os dados no ENADE apontaram que os egressos das licenciaturas são, predominantemente, de baixa renda. Entretanto, para esses, o diploma da educação superior nem sempre produz **mobilidade social**, pois, a esses sujeitos, restou o ingresso no nível superior em cursos precarizados, carentes de pesquisa e extensão.

Por fim, a BNC-Formação emerge de uma perspectiva de ranqueamento e neotecnicismo, na qual as competências ganham visibilidade, de maneira a dissipar o papel humanizador da escola na formação de consciência crítica, social, política e filosófica (Pinheiro; Sartori, 2022).

Conclui-se, ao final deste artigo, que o avanço da lógica neoliberal na formação dos professores brasileiros se faz por diversas vias, por vezes até sutis, seja na organização das instituições de educação superior, seja nas políticas educacionais, seja na própria reorganização das escolas que passa a exigir professores tutores e passíveis de quantificação, seja na dissimulada substituição dos conteúdos por competências. A lógica do mercado encontra poucos obstáculos em um cenário em que os próprios educadores, mesmo os mais críticos, reproduzem-na por receio de perderem sua relevância em uma sociedade capitalista.

Em suma, as estratégias de ruptura dessa lógica tão perversa não são simples e, portanto, demandam muito empenho e estudo dos professores que acreditam na educação como base para a construção de um país mais justo.

REFERÊNCIAS

AKKARI, Abdeljalil; FÁVERO, Altair Alberto; CONSALTÉR, Evandro. A necessidade de repensar a pesquisa sobre privatização da educação: uma abordagem a partir do conceito de indefinição das fronteiras entre Público e Privado. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 22, e1101, p. 1–27, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.35786/1645-1384.v22.1101> Acesso em: 4 de março de 2023.

APPLE, Michael W. **Para além da lógica do mercado**: compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

BALL, Stephen. **Educação global SA**: novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Paraná: Editora UEPG, 2014.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. *In*: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs.) **Escritos de Educação**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. pp. 73–79.

BOURDIEU, Pierre. Classificação, desclassificação e reclassificação. *In*: CATANI, Afranio; NOGUEIRA, Maria Alice. **Escritos de educação**. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 163–204.

BOURDIEU, Pierre; BOLTANSKI, Luc. O diploma e o cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução. *In*: CATANI, Afranio; NOGUEIRA, Maria Alice. **Escritos de educação**. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 143–162.

BOURSCHEID, Suelen; TIMM, Jordana Wruck. IDENTIDADE DOCENTE: OS SABERES E AS IDENTIFICAÇÕES DO SER PROFESSOR NA LITERATURA. **Literatura em Debate**, v. 18, n. 31, p. 138-156, 2023. Disponível em: <file:///D:/Downloads/4659-15836-1-PB.pdf>. Acesso em: 29 abril 2024.

BRASIL. **Planejando a próxima década**: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE), 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2023.

BRASIL. Resultados. Enade. Avaliações e Exames Educacionais. Áreas de Atuação. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)**, Brasília, 17 set. 2020 [Atualizado em 31 out. 2023]. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enade/resultados>>. Acesso em: 21 nov. 2023

BRASIL. **Censo da Educação Superior 2018**. Brasília: Ministério da Educação (MEC); Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED), 2019. Disponível em: <<http://>>

download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2019b. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 21 dez. 2023.

BRASIL. **Censo da Educação Básica 2022**. Brasília: Ministério da Educação (MEC); Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED), 2023. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2022.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2023.

BRASIL. **Censo da Educação Superior 2020**. Principais Resultados. Brasília: Ministério da Educação (MEC); Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED), 2021. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/tabelas_de_divulgacao_censo_da_educacao_superior_2020.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2023.

CAETANO, Cleyde Cristina Rodrigues [*et al.*]. Desempenho no ENADE em Ciências Contábeis: ensino a distância (EAD) versus presencial. **Revista Universo Contábil**, v. 11, n. 4, p. 147–165, 2016. Disponível em: <<https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/5047/pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do Mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEWEY, John. **Experiência e educação**. Trad. Anísio Teixeira. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FÁVERO, Altair Alberto; VIERO, Ana Lúcia; ESTORMOVSKI, Renata Cecília. A redução do papel do professor-mestre à condição ilusória de empreendedor. **Roteiro**, Joaçaba, v. 47, jan./dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/28387> Acesso em: 20 jan. 2024.

FÁVERO, Altair Alberto; OLIVEIRA, Julia Costa; FARIA, Thalia Leite de. Crítica às “medições” em educação à luz da teoria das capacidades: a meritocracia que reforça a desigualdade. **Revista Internacional de Educação Superior - Riesup**, Campinas/SP, v. 8, p. 1–16, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8665579>. Acesso em: 23 out.2023.

FRITSCH, Rosângela; JACOBUS, Artur Eugênio; VITELLI, Ricardo Ferreira. Diversificação, mercantilização e desempenho da educação superior brasileira. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 25, n. 1, p. 89–112, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/aval/a/nQ9WySh5STQddnqnvQyszwm/?lang=pt>>. Acesso em: 10 fev. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772020000100006>

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Trad. Maria Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Planta, 2004.

MARKOVITS, Daniel. **A cilada da meritocracia**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

PERONI, Vera Maria Vidal. Múltiplas formas de materialização do privado na educação básica pública no Brasil: sujeitos e conteúdo da proposta. **Currículo sem fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 212–238, 2018. DOI: <http://hdl.handle.net/10183/261801>

PINHEIRO, Ana Paula; SARTORI, Jerônimo. Políticas educacionais de formação de professores na lógica do mercado. In: FÁVERO, A. *et al.* **Leituras sobre a pesquisa em política educacional e a teoria da atuação**. Chapecó: Livrologia, 2022. p. 91-106.

SANDEL, Michael. **A tirania do mérito**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

VIEIRA, Oscar Vilhena. Prefácio. In: MARKOVITS, Daniel. **A cilada da meritocracia**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021, p. 7–16.

SOBRE OS AUTORES

Altair Alberto Fávero

Doutor em Educação (UFRGS), Professor Titular na Universidade de Passo Fundo.

E-mail: favero@upf.br

Daniê Regina Mikolaiczik

Mestre em Educação (UPF), Professora nas Redes Municipais de Ensino de Getúlio Vargas/RS e de Erechim/RS.

E-mail: danie.regina@yahoo.com.br

Artigo recebido em 12/03/2024.

Artigo aceito em 06/05/2024.